



**Demonstrações Financeiras preparadas
de Acordo com Práticas Contábeis
Adotadas no Brasil - Aplicáveis as
Instituições Financeiras**

**Conglomerado Prudencial do Banco
Original S.A.**

31 de Dezembro de 2016

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	3
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Descrição das Principais Práticas de Combinação	10
Nota 4 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 5 . Disponibilidades	13
Nota 6 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13
Nota 7 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	13
Nota 8 . Relações Interfinanceiras	17
Nota 9 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Nota 10 . Outros Créditos	19
Nota 11 . Outros Valores e Bens	21
Nota 12 . Participações em Coligadas e Controladas	22
Nota 13 . Imobilizado de Uso	22
Nota 14 . Intangível	23
Nota 15 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	23
Nota 16 . Obrigações por Empréstimos	24
Nota 17 . Outras Obrigações	25
Nota 18 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	25
Nota 19 . Patrimônio Líquido	26
Nota 20 . Limites Operacionais	27
Nota 21 . Partes Relacionadas	27
Nota 22 . Receitas de Prestação de Serviços	28
Nota 23 . Despesas de Pessoal	29
Nota 24 . Outras Despesas Administrativas	29
Nota 25 . Despesas Tributárias	29
Nota 26 . Outras Receitas Operacionais	29
Nota 27 . Outras Despesas Operacionais	29
Nota 28 . Resultado não Operacional	30
Nota 29 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 30 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	30
Nota 31 . Outras Informações	31
Relatório do Comitê de Auditoria	32

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A (Conglomerado) para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2016, conglomerado apresentou lucro no exercício de R\$ 43.589, contra um lucro de R\$ 110.580 apresentado no exercício de 2015.

A queda do resultado era esperada em função do lançamento do Banco Digital, com o início da amortização dos Investimentos realizados e os gastos com a aquisição de clientes Pessoas Físicas e o processamento das operações. Destacamos que nossa meta de aquisição de 100 mil clientes, prevista para os doze primeiros meses de operação, foi superada na metade do tempo e o processo de abertura de conta corrente de forma 100% digital foi realmente disruptivo e consagrou o modelo inovador do Banco Original dentro do cenário financeiro brasileiro.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 8.723.294 (31/12/2015 - R\$ 6.664.485) e é representado principalmente por:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações Interfinanceiras	969.963	592.420
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	1.005.555	831.357
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica	5.328.584	4.255.482

A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança e títulos privados, ao término do exercício, atingiu o saldo de R\$ 5.851.345 (31/12/2015 - R\$ 4.631.301) e o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 259.378 (31/12/2015 - R\$ 140.084), correspondente 4,43 % da carteira expandida.

Diante da deterioração do quadro econômico em 2016, o Conglomerado concentrou seu crescimento de 25% da carteira de operações de crédito basicamente na aquisição de direitos creditórios com a aplicação de uma política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao nosso portfólio um mix de operações de menor risco e com concentração no curto prazo (média de 45 dias), demonstrados pelos indicadores a seguir:

- 66% da carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 91% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal.

Ainda com relação ao desempenho de 2016, destacamos:

O quadro a seguir demonstra que mesmo neste cenário adverso a posição de risco de crédito do Conglomerado está bem administrada. De acordo com a política de concessão de crédito normalmente, são solicitadas garantias bem superiores ao valor da operação de crédito, protegendo-se de uma possível desvalorização, custos processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

Rating	Carteira e Garantias				% Cobertura
	Em Dia (Normal)	Em Atraso (Anormal)	Saldo Carteira	Garantia Real	
AA - C	4.628.730	42.148	4.670.878	5.565.480	119,2%
D-H	245.312	412.394	657.705	878.591	133,6%
TOTAL	4.874.042	454.542	5.328.584	6.444.070	

- O índice de Cobertura apurado foi de 107,2%, ou seja, os saldos de provisões de crédito cobrem a Carteira com atraso superior a 90 dias;

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 2.225.186 (31/12/2015 - R\$ 2.176.798), composto da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.554	(10.976)
Reservas de Lucros	-	-
Prejuízos Acumulados	(36.798)	(55.265)
Participação minoritários	128.429	113.038

● Expansão dos Negócios

Em 04 de janeiro de 2016 a Comissão de Valores Mobiliários autorizou o Banco Original S.A a prestar os serviços de custódia de valores mobiliários. Em dezembro de 2016 foram registradas as primeiras operações na nossa agência das Ilhas Cayman.

● Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Conglomerado. A tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+
Moody's ⁽²⁾	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's ⁽³⁾	brA-3	brBBB	-	-

(1) Dezembro 2016

(2) Dezembro 2016

(3) Abril 2016

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

2. Comitê de auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014, o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O conglomerado mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No ano de 2016, foram abertas 289 demandas (31/12/2015 - 59) sendo 10 relativas a Consignados, 278 referente a Pessoa Física e 1 referente a Pessoa Jurídica; as demandas foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

● Pessoas

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento dos negócios e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Assim, investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 29 de março de 2017.

Diretoria

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros Assuntos

O Banco elaborou demonstrações contábeis consolidadas e individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 20 de fevereiro de 2017 e 29 de março de 2017 respectivamente.

Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com estruturas conceituais de contabilidade para propósitos especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante		5.800.300	4.908.906
Disponibilidades	5	41.720	37.754
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	969.963	587.541
Aplicações no Mercado Aberto		886.056	587.541
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		65.978	-
Aplicações em Moeda Extranjeira		17.929	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	310.181	660.191
Carteira Própria		202.725	575.035
Vinculados a Compromissos de Recompra		50.075	-
Vinculados à Prestação de Garantias		32.727	23.521
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	24.654	61.635
Relações Interfinanceiras	8	1.197	709
Créditos Vinculados		1.177	694
Depósitos no Banco Central		1.177	694
Correspondentes		20	15
Relações Interdependências	15.d	11.502	2.528
Transferências Internas de Recursos		11.502	2.528
Operações de Crédito	9	1.791.396	2.075.433
Setor Privado		1.939.792	2.176.244
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(148.396)	(100.811)
Outros Créditos		2.657.444	1.512.129
Carteira de Câmbio	10.a	92.455	59.299
Rendas a Receber		4.245	1.438
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	17.803	46.503
Créditos Tributários	10.b.1	77.261	50.415
Direitos Creditórios	10.e	2.336.272	1.323.523
Diversos	10.d	154.711	41.572
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(25.303)	(10.621)
Outros Valores e Bens	11	16.897	32.621
Despesas Antecipadas		16.897	32.621
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.122.306	1.131.923
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	-	4.879
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	4.879
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	695.374	171.166
Carteira Própria		294.389	112.031
Vinculados a Compromissos de Recompra		256.353	-
Vinculados à Prestação de Garantias		143.925	57.320
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	707	1.815
Operações de Crédito	9	664.297	674.252
Setor Privado		749.196	702.057
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(84.899)	(27.805)
Outros Créditos		697.777	201.084
Direitos Creditórios	10.e	202.630	1
Créditos Tributários	10.b.1	197.107	190.013
Diversos	10.d	298.071	11.070
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(31)	-
Outros Valores e Bens	11	64.858	80.542
Outros Valores e Bens		70.742	99.441
(Provisão para Desvalorização)		(5.884)	(18.899)
Permanente		800.688	623.656
Investimentos	12	66.359	57.048
Participações em Coligadas e Controladas:		65.911	56.653
No País		65.911	56.653
Outros Investimentos		448	395
Imobilizado de Uso	13	694.687	106.402
Outras Imobilizações de Uso		753.589	121.596
(Depreciações Acumuladas)		(58.902)	(15.194)
Ativos Intangíveis	14	39.642	460.206
Ativos Intangíveis		47.799	460.246
(Amortizações Acumuladas)		(8.157)	(40)
Total do Ativo		8.723.294	6.664.485

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo Circulante		4.092.335	3.174.056
Depósitos	15.a	1.315.004	843.708
Depósitos à Vista		78.886	69.907
Depósitos Interfinanceiros		72.891	2.034
Depósitos a Prazo		1.163.227	771.767
Captações no Mercado Aberto	15.b	305.428	-
Carteira Própria		305.428	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	1.925.274	1.554.994
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.922.851	1.554.994
Certificados de Operações estruturadas		2.423	-
Relações Interfinanceiras	8	3	3
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		3	3
Relações Interdependências	15.d	31.040	2.867
Recursos em Trânsito de Terceiros		20.909	294
Transferências Internas de Recursos		10.131	2.573
Obrigações por Empréstimos	16.a	104.017	447.875
Empréstimos no Exterior		104.017	447.875
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	95.458	65.717
Outras Instituições		95.458	65.717
Instrumentos Financeiros Derivativos		49.007	40.022
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	49.007	40.022
Outras Obrigações		267.104	218.870
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		813	52
Carteira de Câmbio	10.a	5.815	1.644
Sociais e Estatutárias		6.375	10.000
Fiscais e Previdenciárias	17.a	49.748	61.172
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	8.185	25.966
Diversas	17.b	196.168	120.036
Passivo Exigível a Longo Prazo		2.398.219	1.310.709
Depósitos	15.a	1.869.149	632.903
Depósitos a Prazo		1.869.149	632.903
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	485.496	616.814
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		485.496	616.814
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	-	5.098
Outras Instituições		-	5.098
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	1.421
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	1.421
Outras Obrigações		43.574	54.473
Diversas	17.b	43.574	54.473
Resultados de Exercícios Futuros		7.554	2.922
Rendas Antecipadas		7.554	2.922
Patrimônio Líquido		2.096.757	2.063.760
Capital Social:		2.130.001	2.130.001
De Domiciliados no País	19.a	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	3.554	(10.976)
Prejuízos Acumulados		(36.798)	(55.265)
Participação de não Controladores		128.429	113.038
Total do Passivo		8.723.294	6.664.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL DO BANCO ORIGINAL S.A
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas da Intermediação Financeira		575.368	1.052.177	1.013.009
Operações de Crédito	9.g	405.683	712.775	810.464
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	111.159	198.964	216.193
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	52.251	139.898	(53.445)
Resultado de Operações com Câmbio	10.a.1	6.275	540	39.797
Despesas da Intermediação Financeira		(514.486)	(825.811)	(685.194)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(336.717)	(612.600)	(361.677)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.f	(11.748)	(17.310)	(229.824)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	(166.021)	(195.901)	(93.693)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		60.882	226.366	327.815
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(361.429)	(504.999)	(208.783)
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas	22	21.633	35.544	34.758
Despesas de Pessoal	23	(147.084)	(235.347)	(115.149)
Outras Despesas Administrativas	24	(220.810)	(336.036)	(102.474)
Despesas Tributárias	25	(13.030)	(24.135)	(27.910)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(509)	(258)	2.296
Outras Receitas Operacionais	26	7.489	60.083	9.686
Outras Despesas Operacionais	27	(9.118)	(4.850)	(9.990)
Resultado Operacional		(300.547)	(278.633)	119.032
Resultado não Operacional	28	365.371	364.807	651
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		64.824	86.174	119.683
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	(7.640)	10.176	32.177
Provisão para Imposto de Renda		(6.608)	(9.361)	(22.068)
Provisão para Contribuição Social		(5.735)	(7.963)	(15.763)
Ativo Fiscal Diferido		4.703	27.500	70.008
Participações no Lucro		(32.875)	(52.762)	(41.499)
Participações dos Minoritários		-	-	219
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		24.309	43.588	110.580
<i>Controlador</i>		20.799	18.467	105.608
<i>Não Controladores</i>		3.510	25.121	4.972
Juros Sobre Capital Próprio		(7.500)	(7.500)	(43.000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL DO BANCO ORIGINAL S.A
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.080.301	23.150	(8.193)	(117.873)	1.977.385	105.765	2.083.150
Homologação do Bacen s/ Aumento de Capital Social		23.150	(23.150)	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	43	-	43	(476)	(433)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre		-	-	-	56.079	56.079	(405)	55.674
Saldo em 30 de Junho de 2015		2.103.451	-	(8.150)	(61.794)	2.033.507	104.884	2.138.391
Mutações do Período		23.150	(23.150)	43	56.079	56.122	(881)	55.241
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.103.451	26.550	(10.976)	(55.265)	2.063.760	110.434	2.174.194
Homologação do Bacen s/ Aumento de Capital Social	19.a	26.550	(26.550)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	14.530	-	14.530	374	14.904
(Prejuízo) / Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	18.467	18.467	25.121	43.588
Destinações		-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	19.c.3	-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.130.001	-	3.554	(36.798)	2.096.757	128.429	2.225.186
Mutações do Exercício		26.550	(26.550)	14.530	18.467	32.997	17.995	50.992
Saldos em 30 de Junho de 2016		2.130.001	-	(1.140)	(57.595)	2.071.266	132.194	2.203.460
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	4.694	-	4.694	223	4.917
Lucro Líquido no semestre		-	-	-	20.797	20.797	3.512	24.309
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.130.001	-	3.554	(36.798)	2.096.757	128.429	2.225.186
Mutações do Semestre		-	-	4.694	20.797	25.491	(3.765)	21.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/ Exercício		24.309	43.589	110.580
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		245.333	221.262	98.413
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	166.021	195.901	93.693
Carteira de crédito		156.483	181.181	87.360
Outros Créditos		9.538	14.720	6.345
Cessão de créditos		-	-	(11)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	509	258	2.296
Depreciações	24	41.489	52.160	2.308
Ajuste a Valor de Mercado		6.971	(41.475)	22.837
Tributos Diferidos		(4.704)	(27.500)	(70.008)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	27	2.171	2.171	2.279
Provisão de Participações no Lucro		32.875	52.762	41.499
Provisão para Desvalorização BNDU		1	(13.015)	3.508
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre		269.642	264.851	208.993
Variações em Ativos e Passivos		(211.085)	283.727	626.213
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(65.625)	(65.953)	7.631
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(159.304)	(166.649)	612.631
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		12.042	18.711	(496)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(246.238)	189.313	(811.152)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(842.934)	(1.331.750)	(1.019.032)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		83.767	28.699	(25.325)
Aumento (Redução) em Depósitos		439.037	1.031.839	804.240
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		255.427	305.428	(17.805)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		94.882	238.962	1.296.429
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		154.463	24.643	(107.455)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		63.399	10.484	(114.008)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	-	555
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		58.557	548.578	835.206
Atividades de Investimento				
Aumento em Investimentos		-	(7.552)	(65.561)
Aquisição de Imobilizado de Uso	13.b	(48.043)	(74.357)	(62.125)
Aquisição/ transferências no Intangível	14.b	(28.724)	(151.754)	(306.253)
Alienação de Investimento		642	641	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(76.125)	(233.022)	(433.939)
Atividades de Financiamento				
Aumento de Capital		-	-	31.658
Juros sobre o Capital Próprio		(7.500)	(7.500)	(43.000)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(7.500)	(7.500)	(11.342)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(25.068)	308.056	389.925
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício		958.407	625.283	235.358
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício	5	933.339	933.339	625.283
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(25.068)	308.056	389.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações contábeis determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e Original Cayman Brasil que é uma agência no exterior. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações contábeis do Conglomerado foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das Demonstrações contábeis Prudencial do Banco Original S.A – Conglomerado.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A., as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as Demonstrações contábeis Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (Conglomerado) compreendem as seguintes entidades:

Na elaboração das demonstrações financeiras foi consolidada e feita a compensação de saldos da agência no exterior das Ilhas Cayman.

Banco Original S.A.

Banco Original do Agronegócio S.A.

As Demonstrações contábeis do Conglomerado foram aprovadas em 29 de março de 2017.

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das Demonstrações contábeis do Conglomerado prudencial foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Prudencial.

As demonstrações contábeis do Conglomerado em 31 de dezembro de 2016 abrangem as demonstrações contábeis do Banco Original S.A.e do Banco Original do Agronegócio S.A., incluindo sua agência no exterior. Ambos não possuem participação um no outro e são controlados pela J&F Participações Ltda. (J&F).

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações contábeis antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

	Banco Original S.A	
	31/12/2016	31/12/2015
Total do Ativo	8.663.097	6.561.170
Total do Passivo	6.566.340	4.498.700
Total do Patrimônio Líquido	2.096.757	2.062.470
Total Lucros (prejuízos) Líquidos do Exercício	18.468	105.608

2) Banco Original do Agronegócio

	Banco Original do Agronegócio S.A.	
	31/12/2016	31/12/2015
Total do Ativo	144.861	187.334
Total do Passivo	16.432	79.899
Total do Patrimônio Líquido	128.429	110.434
Total Lucros (prejuízos) Líquidos do Exercício	25.121	4.972

Nos procedimentos de consolidação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta consolidação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

● **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.

● **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e

● **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Conglomerado opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

O Banco Original adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Estas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características com Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

No primeiro semestre de 2016, após a publicação da Resolução nº 4.480, de 25 de abril de 2016, que tem por objetivo a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico, o Banco iniciou definitivamente o processo de abertura de conta, dessa forma os ativos do intangível foram transferidos para o imobilizado iniciando assim sua depreciação. Os ativos transferidos, são compostos por softwares, hardware e benfeitorias em imóveis de terceiros.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No exercício de 2016, foi efetuado um estudo e não foram identificados indícios de Impairment.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/15, fruto de conversão da MP nº 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 21, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2016 foram deliberados dividendos na forma de JCP vide nota 21.c .

t) Avals e Fianças

Os avals e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avals e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

As operações de avals e fianças prestadas e honradas e não honradas terão provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda da administração. Avaliamos que os impactos da adoção da 4.512 não são relevantes.

u) Participação de não Controladores

A Resolução nº 4.280 de 31 de Outubro de 2013 do BACEN, discorre que na elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial de Instituições Financeiras ou de Assemelhadas as Instituições Financeiras, sem vínculo societário com a Instituição Líder, o patrimônio líquido da consolidada deve ser reclassificado para a conta 6.4.110.00-8. Apresentamos as participações de não controladores de forma destacada nas demonstrações contábeis e consolidadas.

Como o Banco Original S/A é caracterizado como instituição "Líder", de acordo com os critérios estipulados pelo BACEN, é necessário efetuar a consolidação do Banco Original do Agronegócio S/A, conforme solicitado na resolução citada acima, contudo um banco não possui participação societária no outro.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Disponibilidades

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	41.720	37.754
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	891.619	587.541
Total	933.339	625.295

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016 Total	31/12/2015 Total
Aplicações no Mercado Aberto	886.056	-	-	886.056	587.541
Posição Bancada	802.040	-	-	802.040	504.302
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.000	-	-	15.000	385.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	367.054	-	-	367.054	119.302
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	419.986	-	-	419.986	-
Posição Financiada	84.016	-	-	84.016	83.239
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	83.239
Notas do Tesouro Nacional - NTN	84.016	-	-	84.016	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.563	60.415	-	65.978	4.879
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	5.563	-	-	5.563	4.879
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc. Crédito Rural	-	60.415	-	60.415	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	17.929	-	17.929	-
Aplicação prazo fixo	-	17.929	-	17.929	-
Total	891.619	78.344	-	969.963	592.420
Circulante	-	-	-	969.963	587.541
Longo Prazo	-	-	-	-	4.879

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	Ajuste a Mercado -		31/12/2016	31/12/2015
	Valor de Curva	Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.493	6	20.499	10.611
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	35.108
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas	40.434	21.531	61.965	67.130
Total	60.927	21.537	82.464	112.849
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	100.992	(36)	100.956	-
Total	100.992	(36)	100.956	-
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.216	5	4.221	-
Total	4.216	5	4.221	-

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Ajuste a Mercado -		31/12/2016	31/12/2015
	Valor de Curva	Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	19.844	625	20.469	75.119
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	49.647	924	50.571	42.216
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	232.724	1.366	234.090	125.194
Aplic. em TVM no Exterior ⁽¹⁾	-	-	-	328.650
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.989	23	3.012	3.038
Debêntures	51.109	1.062	52.171	-
Nota Promissória	54.383	(46)	54.337	-
Total	410.696	3.954	414.650	574.217
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	148.953	1.007	149.960	-
Títulos Privados				
Debêntures	55.410	102	55.512	-
Total	204.363	1.109	205.472	-
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	58.903	1.855	60.758	50.551
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	111.630	43	111.673	30.290
Total	170.533	1.898	172.431	80.841

(1) Os títulos no exterior encontram-se custodiados na EuroClear.

(2) Trata-se de CDB efetuado com Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Sicoob.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Classificação e Vencimento

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
					Total	Total
Títulos para Negociação						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	20.499	20.499	10.611
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	-	35.108
Total Títulos Públicos	-	-	-	20.499	20.499	45.719
Títulos Privados						
Ações de Companhias Abertas	61.965	-	-	-	61.965	67.130
Total Títulos Privados	61.965	-	-	-	61.965	67.130
Circulante					61.965	67.130
Longo Prazo					20.499	45.719
Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LFT	-	-	-	100.956	100.956	-
Total	-	-	-	100.956	100.956	-
Vinculados a prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LFT	-	-	-	4.221	4.221	-
Total Títulos para Negociação	61.965	-	-	125.676	187.641	112.849
Circulante					61.965	67.130
Longo Prazo					125.676	45.719
					31/12/2016	31/12/2015
Títulos Disponíveis para Venda						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	20.469	20.469	75.119
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	50.571	50.571	42.216
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	31.563	202.527	234.090	125.194
Aplicação em TVM no exterior	-	-	-	-	-	328.650
Total Títulos Públicos	-	-	31.563	273.567	305.130	571.179
Títulos Privados						
Debêntures ⁽²⁾	-	-	51.848	323	52.171	-
Nota Promissória	-	-	54.337	-	54.337	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	-	3.012	3.012	3.038
Total Títulos Privados	-	-	106.185	3.335	109.520	3.038
Total Títulos Disponíveis para Venda	-	-	137.748	276.902	414.650	574.217
					137.748	532.339
Desmembramento					276.902	154.712
Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	50.075	99.885	149.960	-
Títulos Privados						
Debêntures ⁽²⁾	-	-	-	55.512	55.512	-
Total	-	-	50.075	155.397	205.472	-
Circulante					50.075	-
Longo Prazo					155.397	-
Vinculados a prestação de garantias						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	60.758	60.758	50.550
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	32.727	78.946	111.673	30.291
Total	-	-	32.727	139.704	172.431	80.841
Circulante					32.727	23.521
Longo Prazo					139.704	57.320

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) Estas Debêntures são remuneradas 100% do CDI + 4,25% a.a., seu vencimento é em fevereiro de 2019.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.3) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	59.667	111.810	86.202
Rendas de Títulos de Renda Fixa	36.908	64.654	80.182
Rendas de Títulos de Renda Variável	6.447	(4.137)	7.207
Resultado de Títulos no Exterior	8.137	26.637	42.602
Total	111.159	198.964	216.193

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às as necessidades de dos clientes; ; e
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e de não negociação (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Neste caso, diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e "holding period" estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test; e
- Stop Loss.

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

Carteira Trading - dez/2016		Value at Risk		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	dez/15
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	8.363	47	1.274
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	26	-	-
Milho	Preço do Milho CEPEA	25	-	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	1.862	270	2178
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	248	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	13.314	14.474	10.432
Exposição com Correlação		18.291	14.033	10.623

Carteira Banking - dez/2016		Teste de Estresse		
Risco		Média	Fechamento	dez/15
Risco de Taxa de Juros		29.449	27.123	56.661

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa;

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontra-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2016				31/12/2015	
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDE						
Posição Ativa	21.468	22.117	1.566.552	63.238	42.911	3.190.629
Pré-fixado	21.220	21.987	766.065	27.446	2.115	2.536.589
Dólar	248	130	800.487	35.792	40.796	654.040
Passivo	(42.510)	(48.688)	(1.566.552)	(13.907)	(33.650)	(3.190.629)
Pré-fixado	(42.400)	(48.604)	(800.486)	(11.781)	(6.293)	(654.040)
Dólar	(110)	(84)	(762.622)	(2.126)	(27.357)	(2.536.589)
Euro	-	-	(3.444)	-	-	-
Diferencial Líquido	(21.042)	(26.571)	-	49.331	9.261	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Swap						
Posição Ativa	1.400	3.191	91.723	16.606	20.539	473.381
Pré-fixado	122	1.271	41.702	38	-	41.702
Dólar	861	1.274	25.063	16.373	20.016	335.878
CDI	417	646	24.958	132	452	94.973
IPCA ⁽¹⁾	-	-	-	63	71	828
Passivo	(120)	-	(91.723)	(5.478)	(7.793)	(473.381)
Pré-fixado	(67)	-	(26.216)	-	-	(327.938)
Dólar	-	-	(23.805)	(5.212)	(6.322)	(93.196)
CDI	(53)	-	(41.702)	(266)	(1.471)	(52.247)
Diferencial Líquido	1.280	3.191	-	11.128	12.745	-
Opções						
Posição Ativa	-	-	-	-	-	-
Dólar	-	-	-	-	-	-
Posição Passivo	-	(10)	(3.500)	-	-	-
Dólar	-	10	3.500	-	-	-
Diferencial Líquido	-	(10)	(3.500)	-	-	-
COE (Certificado de Operação Estruturada)						
Posição Ativa	-	53	4.070	-	-	-
Dólar	-	53	4.070	-	-	-
Posição Passivo	-	(309)	(4.070)	-	-	-
Dólar	-	(309)	(4.070)	-	-	-
Diferencial Líquido	-	(256)	-	-	-	-

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Resumo	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial Total dos Contratos	Valor de mercado	Valor Referencial dos Contratos	
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	(21.042)	(5.529)	(26.571)	1.566.552	(40.070)	3.190.629
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	1.280	1.911	3.191	91.723	1.617	828
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	(27)	17	(10)	3.500	-	-
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	-	11.598.382
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(256)	(256)	4.070	-	-
Total	(19.789)	(3.857)	(23.646)	1.665.845	(38.453)	14.789.839

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	Acima de 31/12/2016			31/12/2015	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	5.318	(31.889)	-	(26.571)	9.261
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	1.364	1.120	707	3.191	12.746
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	(10)	-	-	(10)	-
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(256)	-	(256)	-
Total	6.672	(31.025)	707	(23.646)	22.007

Valores Referenciais dos Futuros*	Acima de 31/12/2016			31/12/2015	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
IND	-	-	-	-	-
DDI	226.638	1.501.824	175.132	1.903.594	1.632.821
DI	719.212	509.308	348.735	1.577.255	7.569.601
Dólar	598.324	-	1.766	600.090	2.395.960
BGI	-	-	-	-	-
Euro	3.436	-	-	3.436	-
Total	1.547.610	2.011.132	525.633	4.084.375	11.598.382

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 9.618 ativos (31/12/2015 – R\$ 20.537 Ativos), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 176.652 (31/12/2015 - R\$ 80.841) este representado por LTN R\$ 60.758, NTN-B R\$ 111.673 e LFT 4.221.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre			01/01 a			01/01 a
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
NDF	125.942	(124.836)	1.106	421.362	(292.429)	128.933	(875.883)
"Swap"	12.753	(11.048)	1.705	12.617	(84.683)	(72.066)	123.438
Opções	1.458	(46)	1.412	1.458	(46)	1.412	(2.206)
DI	24.649	(14.471)	10.178	37.042	(45.883)	(8.841)	21.748
DDI	57.023	(31.708)	25.315	332.610	(66.812)	265.798	(25.857)
BGI	89	(44)	45	89	(1.375)	(1.286)	34
Moedas	28.611	(9.067)	19.544	50.023	(208.903)	(158.880)	720.783
Índice	1.667	(133)	1.534	1.671	(166)	1.505	-
Milho	54	(48)	6	54	(48)	6	-
Dólar	-	(7.752)	(7.752)	-	(15.839)	(15.839)	(15.502)
S&P Euro	-	(879)	(879)	-	(879)	(879)	-
COE - Operações estruturadas	164	(127)	37	204	(169)	35	-
Total	252.410	(200.159)	52.251	857.130	(717.232)	139.898	(53.445)

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 1.194 ativa (31/12/2015 - R\$ 706 ativa) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e Títulos Descontados	1.519.547	1.472.900
Adiantamentos a Depositantes	-	90
Empréstimos	1.365.103	1.472.810
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	392.846	403.393
Capital de Giro	826.708	915.239
Conta Corrente Garantida	100.446	144.267
Empréstimo Consignado	2.315	8.852
Cheque Especial	13.875	688
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	45	108
Crédito Pessoal	5.371	-
Empréstimo rotativo	14.884	247
Outros empréstimos	8.613	16
Títulos Descontados	154.444	71.432
Financiamentos	920.277	1.145.772
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	1.069
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	920.277	1.144.703
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	93.755	66.708
Financiamentos Imobiliários	155.409	119.398
Operações de crédito vinculadas a cessão (Nota 9.f)	-	2.091
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 10.a)	91.394	52.457
Direitos Creditórios (Nota 10.e)	2.538.902	1.323.524
Outros créditos	9.300	1.200
Sub-Total	5.328.584	4.255.482
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(233.295)	(128.616)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9. e.1)	(39.488)	(10.621)
Total	5.055.801	4.116.245
Circulante	4.391.504	3.441.992
Longo Prazo	664.297	674.253

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Parcelas a			31/12/2016	31/12/2015
	Vencer até 12			Total	Total
	Meses e				
Parcelas	Parcelas	Parcelas			
Vencidas a partir	Vencidas até 14	Vencer Acima de			
de 15 dias	dias	360 dias			
Setor Privado					
Rural	91.807	843.826	395.750	1.331.383	1.393.126
Indústria	74.126	684.104	395.209	1.153.439	753.181
Outros Serviços	59.903	2.486.217	161.182	2.707.302	2.015.163
Pessoas Físicas	17.179	112.152	5.885	135.216	19.303
Financeiro	-	1.244	-	1.244	74.709
Total	243.015	4.127.543	958.026	5.328.584	4.255.482

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Concentração de Crédito

	31/12/2016				31/12/2015	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	1.191.768	61%	79.163	31%	836.966	20%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.394.597	26%	91.045	35%	1.257.252	30%
100 Maiores Devedores Seguintes	783.734	15%	24.079	9%	753.200	17%
Demais Devedores Seguintes	1.958.485	37%	64.342	25%	1.408.064	33%
Total	5.328.584	100%	258.629	100%	4.255.482	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2016. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	31/12/2016				
	Carteira de Créditos				Provisão
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida
AA	-	1.234.225	-	1.234.225	-
A	0,5%	2.313.049	93	2.313.142	11.566
B	1,0%	747.822	16.762	764.584	7.659
C	3,0%	333.636	25.293	358.929	10.801
D	10,0%	91.451	69.511	160.962	16.275
E	30,0%	135.229	236.692	371.921	111.576
F	50,0%	658	35.804	36.462	18.231
G	70,0%	14.789	4.671	19.460	13.622
H	100,0%	3.184	65.715	68.899	68.899
Total		4.874.043	454.541	5.328.584	258.629

Nível de Risco	31/12/2015				
	Carteira de Créditos				Provisão
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida
AA	-	436.131	-	436.131	-
A	0,5%	2.362.465	-	2.362.465	11.812
B	1%	945.151	17.525	962.676	9.627
C	3%	228.286	12.587	240.873	7.226
D	10%	34.114	73.660	107.774	10.777
E	30%	44.994	12.541	57.535	17.261
F	50%	2.480	4.867	7.347	3.674
G	70%	33	6.039	6.072	4.250
H	100%	5.032	69.577	74.609	74.609
Total		4.058.686	196.796	4.255.482	139.236

(1) Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vincendos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	128.616	63.525
Constituição Líquida de Reversão	181.188	87.360
Baixa para Prejuízo	(76.509)	(22.269)
Saldo Final	233.295	128.616
Circulante	(148.396)	(100.811)
Longo Prazo	(84.899)	(27.805)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	59.527	17.485

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	24.775	4.276
Constituição Líquida de Reversão	14.713	20.499
Saldo Final (Nota 9.a)	39.488	24.775
Circulante	(25.303)	(10.621)
Longo Prazo	(31)	-

No exercício de 2016 os créditos renegociados são de R\$ 305.165 (31/12/2015 - R\$ 187.107) e a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos é de R\$ 70.741 (31/12/2015 - R\$ 34.287), relativos às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 30.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e.2) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	-	125.676
Constituição Líquida de Reversão	-	(125.676)
Saldo Final ⁽¹⁾	-	-
Circulante	-	-
Longo Prazo	-	-

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação e é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas" (Nota 17).

f) Cessão de Crédito

f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 70.000 conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	25.798	-
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	44.202	-
Valor da Venda ⁽³⁾	70.000	-

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(2) O montante de R\$ 44.202 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) O montante da cessão foi integralmente com partes relacionadas.

Com Retenção Substancial de Risco

O conglomerado realizou operações de Venda ou Transferência de ativos financeiros em que ocorreu a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido.

O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Carteira cedida com coobrigação	-	2.089
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	-	98
Total (Nota 17.b)	-	2.187

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	-	2.091
Total (Nota 9.a)	-	2.091

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	811	1.249	43
Rendas de Empréstimos	299.367	446.408	318.435
Rendas de Títulos Descontados	16.917	55.100	23.783
Rendas de Financiamentos	83.630	154.734	462.400
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾ (Nota 9.e)	7.416	59.527	17.485
Resultado com Cessão de Créditos sem coobrigação (Nota 9.f.1)	-	264	-
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(130)	(258)	(5.653)
Perdas com créditos incobráveis	(2.328)	(4.249)	(6.029)
Total	405.683	712.775	810.464

(1) O montante de R\$ 44.202 refere-se a recuperação de créditos baixados para prejuízo pela cessão de carteira.

10. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(4.888)	-
Direitos sobre Venda de Câmbio	898	1.638
Câmbio Comprado a Liquidar	95.342	56.708
Rendas A Receber De Adiantamentos Concedidos ⁽¹⁾	1.103	953
Total	92.455	59.299
Circulante	92.455	59.299

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	(895)	(1.644)
Obrigações por Compra de Câmbio	(95.211)	(51.504)
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	90.291	51.504
Total	(5.815)	(1.644)
Circulante	(5.815)	(1.644)

(1) Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.103 (31/12/2015 - R\$ 953) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 90.291 (31/12/2015 - R\$ 51.504) compõe o saldo de R\$ 91.394 (31/12/2015 - R\$ 52.457) divulgado na nota 9.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de câmbio	63.846	156.776	410.525
Despesas de câmbio	(57.571)	(156.236)	(370.728)
Total	6.275	540	39.797

b) Créditos Tributários

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos Fiscais Diferidos	240.428	175.705
Saldo Inicial		
Constituições	161.279	140.301
Reversões	(127.339)	(75.578)
Saldo Final	274.368	240.428
Débitos Fiscais Diferidos	4.187	13.652
Saldo Inicial		
Constituições	12.118	84.216
Reversões	(1.121)	(93.681)
Saldo Final	15.184	4.187

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo Fiscal	205.428	206.806
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	51.357	51.702
Base Negativa de Contribuição Social	208.860	210.785
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20% ⁽¹⁾	41.772	42.157
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	242.650	129.464
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	25.334	10.620
Provisão para Contingências Trabalhistas	22.867	20.708
Provisão para Contingências Cíveis	20.689	33.759
Provisão para Despesas Administrativas	48.174	45.392
Provisão PLR - Administradores	20.766	18.510
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	5.884	18.899
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	14.874
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	-	(905)
Ajustes Futuro - DI e DDI	104	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(5)	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	4.580
Perdas em Operações de Crédito	6.265	22.797
Outras Diferenças Temporárias	10.014	4.626
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	402.743	323.324
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	402.743	323.324
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	100.685	80.831
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	80.549	64.665
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	-	4.579
Ajustes Futuro - DI e DDI	104	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	18.507
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	104	23.086
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	5	1.074
Total do Ativo Fiscal Diferido	274.368	240.428
Circulante	77.261	50.415
Longo Prazo	197.107	190.013

(1) Em 30 de junho de 2015 a alíquota era de 15% com o advento da da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2016	31/12/2015
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	18.544	37
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	6.938	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(1.185)	(2)
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.447	8.766
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(300)	(408)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	30.444	8.394
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	7.611	2.099
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	6.089	1.679
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	18.544	37
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	6.938	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.447	8.767
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	31.929	8.804
Aliquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	1.485	409
Total do Passivo Fiscal Diferido	15.185	4.187
Circulante	15.185	4.187
Longo Prazo	-	-

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2016	77.262	-	92.447	50.415	4.187	46.228
2017	104.251	(15.185)	104.251	88.204	-	88.204
2018	48.495	-	48.495	85.784	-	85.784
2019	43.988	-	43.988	9.790	-	9.790
2020	372	-	372	3.956	-	3.956
A partir de 2021	-	-	-	2.279	-	2.279
Total	274.368	(15.185)	289.553	240.428	4.187	236.241

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2016, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 220.009 (31/12/2015 - R\$ 199.675).

d) Outros Créditos Diversos

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	7.890	33.690
Devedores por Depósitos em Garantia	10.591	11.070
Para Interposição de Recursos Fiscais	-	1.858
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	5.813	2.434
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	4.778	6.778
Adiantamentos Salariais/Outros	8.211	5.315
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 9.a)	9.300	1.200
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	37	-
Valores a receber venda da marca	411.311	-
Outros ⁽¹⁾	5.442	1.367
Total	452.782	52.642
Circulante	154.711	41.572
Longo Prazo	298.071	11.070

e) Direitos Creditórios

	31/12/2016	31/12/2015
Direitos Creditórios (Nota 9.a) ⁽³⁾	2.538.902	1.323.524
Total	2.538.902	1.323.524
Circulante	2.336.272	1.323.523
Longo Prazo	202.630	1

(1) Na rubrica "Direitos creditórios", está contabilizado o montante de R\$ 1.809.623, que refere-se a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas). No período de 31 de dezembro de 2015 R\$ 1.187.930

11. Outros Valores e Bens

	31/12/2016	31/12/2015
Bens não de Uso - Imóveis	70.742	99.441
(Provisão para Desvalorização)	(5.884)	(18.899)
Despesas Antecipadas	16.897	32.621
Total	81.755	113.163
Circulante	16.897	32.621
Longo Prazo	64.858	80.542

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
Controladas do Conglomerado	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Original App Ltda.	Desenvolvimento/Teletendimento/Pr estação de	3.449.655	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	serviços de crédito		
Original Asset Management Ltda.	Investimento	99.999	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	59.494.050	99,99%
	Corretora de Seguros	1.448.550	99,90%

Controladas do Conglomerado	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial		
	31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Original App Ltda. ⁽¹⁾	3.413	(544)	2.869	413	(544)	32
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽²⁾	100	-	100	100	-	-
Original Asset Management Ltda.	59.025	3.211	62.230	55.019	3.211	1.910
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽³⁾	1.570	(858)	713	1.120	(857)	109
Picpay Serviços S.A. ⁽³⁾	4.125	(3.267)	-	8.993	(2.068)	(228)
Total	68.233	(1.458)	65.912	65.645	(258)	2.068

(1) Em 22 de dezembro de 2015 a Original Promotora Ltda teve sua denominação social alterada para Original App Ltda. Adicionalmente seu objeto social foi alterado de intermediação para desenvolvimento, teletendimento e prestação de serviços de crédito.

(2) Em fase pré operacional com capital a integralizar.

(3) O investimento foi alienado em dezembro de 2016 pelo valor contábil não gerando resultado de alienação. A equivalência reconhecida no período foi de R\$ (2.068). A venda foi efetuada para parte relacionada.

13. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	31/12/2016	31/12/2015
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	35.364	(4.837)	30.527	9.717
Sistemas de Processamento de Dados	716.514	(52.826)	663.688	96.217
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.098	(687)	411	443
Outros	613	(552)	61	25
Total	753.589	(58.902)	694.687	106.402

b) Movimentação imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Saldo inicial	Aquisição	Transferência ⁽¹⁾	Depreciação	Saldo Final
	31.12.2015				31/12/2016
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	9.717	17.785	5.750	(2.724)	30.528
Sistemas de Processamento de Dados	96.217	56.622	551.908	(41.063)	663.684
Sistemas de Segurança e Comunicações	443	133	-	102	412
Outros	25	63	-	(25)	63
Total	106.402	74.337	557.658	(43.710)	694.687

(1) Com o lançamento do Banco Digital e a emissão da Resolução nº 4.480 de 25 de abril de 2016 que tem por objetivo a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônicos os ativos antes classificados como intangível na fase de desenvolvimento do projeto foram avaliados e reclassificados para o imobilizado em suas respectivas rubricas no montante de R\$ 557.658 e a depreciação gerada foi de R\$ 40.669.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Intangível

a) Valor residual

	Custo	Amortização	31/12/2016	31/12/2015
			Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	47.799	(8.157)	39.642	327.762
Gastos com Consultoria Especializada	-	-	-	132.484
Amortização	-	-	-	(40)
Total	47.799	(8.157)	39.642	460.206

b) Movimentação do Intangível

	Saldo inicial 31.12.2015	Aquisição/ Baixa	Transferência ⁽¹⁾	Amortização	Saldo Final 31/12/2016
Gastos com Desenvolvimento	327.762	100.167	(380.130)	(8.157)	39.642
Gastos com Consultoria Especializada	132.484	45.044	(177.528)	-	-
Amortização	(40)	-	-	40	-
Total	460.206	145.211	(557.658)	(8.117)	39.642

(1) Nota 13.b

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	31/12/2016				31/12/2015
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos à Vista	78.886	-	-	-	78.886
Depósitos Interfinanceiros	-	12.557	60.334	-	72.891
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	-	357.818	805.409	1.869.149	3.032.376
Total	78.886	370.375	865.743	1.869.149	3.184.153
Circulante					1.315.004
Longo Prazo					843.708

Em 31 de dezembro de 2016 os Depósitos a Prazo estão compostos por CDB no montante de R\$ 2.832.316 (31/12/2015 - R\$ 1.139.080), RDB de R\$ 198.696 (31/12/2015 - R\$ 101.904) e não tivemos depósitos DPGE (31/12/2015 - R\$ 165.079).

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,50% do CDI, (31/12/2015 - 95% e 120% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 11,89 % a.a. e 19,19 % a.a. (31/12/2015 - 12,7% a.a. e 19,45% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas entre 101% e 106% do CDI (31/12/2015 - 113% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
	Depósitos Interfinanceiros	(1.236)	(1.631)
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	(178.341)	(299.604)	(150.037)
Captação no Mercado Aberto	(6.710)	(7.457)	(2.647)
Despesas de Letras Financeiras	(15.925)	(26.847)	(9.420)
Despesa de Letras Imobiliárias	(54.535)	(78.535)	(24.657)
Despesas Letras de crédito do Agronegócio	(76.166)	(191.353)	(162.163)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(3.574)	(6.905)	(5.863)
Despesa de Operação estruturada- COE	(230)	(268)	-
Total	(336.717)	(612.600)	(361.677)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Captação no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
				Total	Total
Carteira Própria	305.428	-	-	250.041	-
Títulos Públicos - LTN	250.041	-	-	250.041	-
Outros	55.387	-	-	55.387	-
Total	305.428	-	-	305.428	-
Circulante				305.428	-
Longo Prazo				-	-

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	489.564	417.164	154.830	1.061.558	1.779.440
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	266.194	635.727	228.912	1.130.833	273.112
Letras Financeiras - LF	33.252	80.950	101.754	215.956	119.256
COE (Certificados de operações estruturadas)	145	2.278	-	2.423	-
Total	789.155	1.136.119	485.496	2.410.770	2.171.808
Circulante				1.925.274	1.554.994
Longo Prazo				485.496	616.814

O Conglomerado realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 89% e 104% do CDI (31/12/2015 - 88% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 10,78% a.a. e 16,62% (31/12/2015 - 8,9% a.a. e 17% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 87% a 102,60% do CDI (31/12/2015 - 88% e 103%). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 112% a 120% do CDI (31/12/2015 - 115% a 120%) ou 107,5% a 108,5% do IPCA (31/12/2015 - 107,5% a 108,5%).

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional no montante de R\$ 19.538 passivo.

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
				Total	Total
Funcafé - FAC	3.156	52.325	-	55.481	33.232
Funcafé - Estocagem	12.598	21.974	-	34.572	23.933
Funcafé - Capital de Giro	2.703	2.702	-	5.405	13.650
Total	18.457	77.001	-	95.458	70.815
Circulante				95.458	65.717
Longo Prazo				-	5.098

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	2º Semestre	31/12/2016	31/12/2015
Despesas De Empréstimos No Exterior	(10.095)	(14.221)	(227.329)
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	-	-	(670)
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	(1.653)	(3.089)	(1.825)
	(11.748)	(17.310)	(229.824)

16. Obrigações por empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016	31/12/2015
				Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	51.443	52.574	-	104.017	86.366
Obrigações para empréstimos no exterior	-	-	-	-	361.509
Total	51.443	52.574	-	104.017	447.875
Circulante				104.017	447.875
Longo Prazo				-	-

O Banco Original realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 2,43% a.a. à 4,50% a.a. As aplicações em TVM no exterior, na sua totalidade, foram dadas em garantia dessa operação.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições a Recolher	17.240	19.155
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.844	1.978
Impostos e Contribuições sobre Salários	11.309	9.326
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	1.125	6.450
I.R.- s/ operações de renda fixa	282	144
I.R.- s/ operações de renda variável	-	636
IOF - Capital de Giro	183	458
Outros	2.497	163
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	17.324	37.830
Provisão para Imposto de Renda	9.361	22.067
Provisão para Contribuição Social	7.963	15.763
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.b.2)	15.184	4.187
Total	49.748	61.172
Circulante	49.748	61.172
Longo Prazo	-	-

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1)	22.885	20.714
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2)	20.689	33.759
Provisão para Pagamentos a Efetuar	95.070	86.157
Despesas de Pessoal	89.833	19.339
Outras Despesas Administrativas	1.758	600
Outros Pagamentos	3.479	66.218
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	14.131	15.243
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	11	342
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	268	281
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	-	3.751
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Obrigações para Operações Vinculadas a Cessão (Nota 9.f)	-	2.187
Credores Diversos - Exterior/País ⁽³⁾	85.060	10.221
Adtos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	773	773
Provisão para Fianças	749	848
Outros	6	133
Total	239.742	174.509
Circulante	196.168	120.036
Longo Prazo	43.574	54.473

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original no qual são pagos em outros bancos em D+1. A contra parte deste valor encontra-se na rubrica Outras créditos diversas nota 10.d.

18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que são devidos. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	20.714	23.600
Constituição	9.279	7.221
Atualização	2.132	1.739
Reversão	(9.231)	(11.846)
Saldo Final	22.894	20.714

Para os processos trabalhistas, foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 5.813 (31/12/2015 - R\$ 2.434).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

O Conglomerado contabiliza as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	33.759	28.594
Constituição	4.447	5.222
Atualização	1.708	1.328
Reversão	(19.225)	(1.385)
Saldo Final	20.689	33.759

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 4.778 (31/12/2015 - R\$ 6.778).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	31/12/2016	31/12/2015
Processos Trabalhistas	2.751	4.479
Processos Cíveis	30.557	30.004
Total	33.308	34.483

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Banco Original S.A.:

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social de R\$2.130.000 (31/12/2015 - R\$ 2.103.451 de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.912	76.088	2.130.000	2.027.362	76.089	2.103.451
Total	2.053.912	76.088	2.130.000	2.027.362	76.089	2.103.451

O Capital social de R\$ 26.550 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de março de 2016.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN e LTN e títulos emitidos pelo governo - Outros Países no montante de R\$ 3.554, (31/12/2015 R\$ (10.976))

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2016 não foram deliberados JCP e Dividendos somente em 31/12/2015 R\$ 43.000.

c.1) Reserva de Lucros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve constituição de reserva de Lucros.

c.2) Reserva Estatutária

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve constituição de reserva estatutária.

c.3) Participação de não controladores

Em 31 de dezembro de 2016, tivemos a participação de não controladores no Patrimônio Líquido representada pelo Banco Original do Agronegócio S.A no valor de R\$ 128.428.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de Referência Nível I	1.837.621	1.956.339
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.837.621	1.956.339
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	9.139.736	6.821.406
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	1.240.323	5.850.627
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	555.151	474.976
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	7.344.262	495.803
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	20,1%	28,7%

⁽¹⁾ Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluindo os impactos mencionados é de 22,9%.

Em 2016 e 2015 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicional ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em dezembro de 2016 e 2015, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

21. Partes Relacionadas

a) Benefícios Pós-Emprego

a.1) Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela administração foram no montante de R\$ 46.031 (R\$ 50.186 – 2015).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consiste na utilização do plano de saúde por 6 meses após o desligamento montam R\$ 96 (R\$ 18 -2015).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

b) Plano de Saúde

O Conglomerado é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência a saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde durante 6 meses após seu desligamento. O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 486 (31/12/2015 - R\$ 100).

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016				31/12/2015	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original S.A	(Em Milhares de Ações, Exceto Percentagens)					
Acionistas						
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	518.913.037	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	518.913.037	100%

⁽¹⁾ É uma empresa de investimentos (Holding).

Banco Original do Agronegócio S.A

Acionistas

J&F Participações Ltda. (J&F)

Pessoas Físicas (PF)

Total

	31/12/2016				31/12/2015	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Percentagens)					
	99.000.000	99%	99.000.000	99%		
	1.000.000	1%	1.000.000	1%		
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%		

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	61.965	67.129	22.152	7.207
JBS S.A. (JBS)	61.965	67.129	22.152	7.207
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	410.309	-	-	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	32	-	-	-
J&F Investimentos S.A. (Nota 31.e)	410.271	-	-	-
Original APP Ltda.	6	-	-	-
Depósito a Vista	(11.536)	(13.148)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(147)	(209)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(2)	(6)	-	-
Original APP Ltda.	(1)	(3)	-	-
Eldorado Brasil Celulose AS	(178)	-	-	-
Original Asset Management Ltda	(65)	(13)	-	-
Seara Alimentos Ltda	(9.943)	(2.409)	-	-
Vigor Alimentos S.A	(971)	(578)	-	-
J&F Participações Ltda.	(46)	(48)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(17)	-	-	-
JBS Promotora	(65)	(2)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(71)	(7.498)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(1)	(2.353)	-	-
Depósito a Prazo	(338.998)	(102.980)	(18.157)	(8.452)
Original APP Ltda.	(2.665)	(6.109)	(223)	(322)
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(70.274)	-	(274)	-
J&F Investimentos S.A.	(1.381)	(267)	(1)	-
J&F Participações Ltda.	(28.961)	(25.518)	(3.852)	(2.778)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(9.959)	(4.441)	(221)	(711)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(15.789)	(6.655)	(332)	(1.065)
JBS S.A.	(61.831)	(22.196)	(3.543)	(1.196)
Seara Alimentos Ltda	(60.385)	(15.136)	(2.385)	(136)
Vigor Alimentos S.A	(57.442)	(21.645)	(5.296)	(2.199)
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	(334)	-	(23)
Picpay Serviços Ltda ME	(33)	-	(2)	-
Original Asset Management Ltda	(30.238)	(42)	(2.021)	(2)
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	-	(637)	-	(20)
Outros ⁽¹⁾	(40)	-	(7)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(171)	-	(9)
Original Asset Management Ltda	-	(171)	-	(9)
JCP a Pagar	(7.500)	(43.000)	-	(43.000)
J&F Participações Ltda.	(7.500)	(43.000)	-	(43.000)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	(3.751)	-	-
J&F Investimentos S.A.	-	(3.751)	-	-

(1) Pessoas Físicas Ligadas

Demais transações

Cessão de Crédito: Foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para a J&F investimentos, no montante de R\$ 70.000. (Nota 9.f)

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.809.623 (31.12.2015- R\$ 1.187.930), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A. (Nota 10.e)

Alienação de Investimentos: Em dezembro de 2016 a empresa Pic Pay Serviços S.A., controlada pelo Banco Original S.A., foi vendida para a J&F Investimentos S.A. pelo seu valor contábil, não gerando resultado pela sua alienação. (Nota 12)

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro o Conglomerado firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços será baseado em indicadores de performance do Conglomerado. O impacto no resultado se dará em 2017 quando iniciada a prestação dos serviços.

22. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a		01/01 a 31/12/2015
	2º Semestre	31/12/2016	
Cobrança e Arrecadações	2.448	4.442	1.813
Tarifas e serviços bancários	661	677	54
Rendas De Garantias Prestadas	2.547	4.908	7.497
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	9.518	15.200	18.923
Serviço de recebimento e envio de valores	3.156	6.136	5.840
Outras	3.303	4.181	631
Total	21.633	35.544	34.758

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Despesas de Pessoal

	01/01 a		01/01 a
	2º Semestre	31/12/2016	
Remuneração	(100.448)	(161.267)	(79.321)
Encargos	(30.545)	(49.497)	(24.000)
Benefícios	(15.236)	(23.075)	(10.694)
Outras	(855)	(1.508)	(1.134)
Total	(147.084)	(235.347)	(115.149)

24. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a		01/01 a
	2º Semestre	31/12/2016	
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(27.991)	(53.150)	(26.571)
Depreciações e Amortizações	(41.489)	(52.160)	(2.308)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(62.897)	(92.065)	(10.541)
Comunicações	(1.361)	(2.132)	(1.357)
Processamento de Dados	(48.113)	(70.333)	(18.450)
Aluguéis	(6.223)	(11.457)	(7.493)
Transportes e Viagens	(2.879)	(6.293)	(4.547)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.962)	(3.573)	(1.868)
Manutenção e Conservação de Bens	(2.152)	(4.060)	(2.623)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(14.517)	(21.121)	(9.110)
Água, Energia e Gás	(736)	(1.549)	(1.168)
Material	(413)	(758)	(692)
Despesas Legais e Jurídicas	(775)	(1.939)	(2.176)
Despesas com registros de títulos e documentos	(1.079)	(2.095)	(1.145)
Indenizações Judiciais diversas	(1.133)	(1.640)	(1.536)
Outras despesas administrativas	(7.090)	(11.711)	(10.889)
Total	(220.810)	(336.036)	(102.474)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com CETIP e Bolsa.

25. Despesas Tributárias

	01/01 a		01/01 a
	2º Semestre	31/12/2016	
Despesa com COFINS	(9.708)	(18.032)	(20.912)
Despesa com ISS	(1.119)	(1.832)	(1.610)
Despesa com PIS/Pasep	(1.577)	(2.930)	(3.398)
IOF	(46)	(58)	(23)
Outras	(580)	(1.283)	(1.967)
Total	(13.030)	(24.135)	(27.910)

26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a		01/01 a
	2º Semestre	31/12/2016	
Atualização de Depósitos Judiciais	472	666	778
Atualização de Impostos a Compensar	164	2.781	1.352
Recuperação de Encargos e Despesas	774	1.375	2.568
Reversão de Provisões Operacionais	-	-	900
Reversão de Provisões Trabalhistas	-	-	2.886
Reversão de Provisões Cíveis	5.400	13.070	-
Outras Reversões	-	-	1.002
Receita com Variação cambial ⁽²⁾	-	19.701	-
Crédito Fiscal ⁽¹⁾	-	21.167	-
Outras Receitas	679	1.323	200
Total	7.489	60.083	9.686

(1) Trata-se da exclusão referente ao valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2014 (Lei do BEM)."

(2) Conforme Circ 3731/2016 o registro das variações cambiais devem ser classificadas nesta rubrica conforme o resultado da operação que no ano tivemos receita.

27. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a		01/01 a
	2º Semestre	31/12/2016	
Provisões Operacionais	(2.893)	(2.171)	(5.165)
Trabalhistas	(2.893)	(2.171)	-
Cíveis	-	-	(5.165)
Indenizações Trabalhistas	(469)	(2.104)	(4.407)
Despesas com Variação cambial	(5.206)	-	-
Outras	(550)	(575)	(418)
Total	(9.118)	(4.850)	(9.990)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(347)	(594)	-
Ganhos/Perdas de Capital	-	(317)	-
Ganho de venda de BNDU	-	-	550
Reversão Provisão BNDU	-	-	97
Outras Receitas/(Despesas)	365.718	365.718	4
Total	365.371	364.807	651

29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	25.912	35.402
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(588)	(2.068)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(46.615)	(42.741)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(46.655)	(57.021)
Base de cálculo - CSLL	(21.292)	(9.407)
Base de cálculo - IRPJ	(21.331)	(23.687)
CSLL - 20%	4.258	25.135
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	5.919	7.042
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	10.177	32.177
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	10.177	32.177

30. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado Original preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Neste sentido, o Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a necessária alocação de capital do Conglomerado. As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Conglomerado disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Segundo a Resolução 3.380/06, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor a Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda a Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

31. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, montam em R\$ 332.369 (31/12/2015 - R\$ 309.331), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 749 (31/12/2015 - R\$ 848).

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Fiscal	191.652	-	222.514	337
Locação	24.083	123	30.871	193
Confissão de Dívida	43.585	23	-	-
Prest. Serviço	10.478	53	8.348	42
Trabalhista	2.571	-	-	-
Banco (Financiamento)	50.000	500	7.598	76
BM&F	10.000	50	40.000	200
	332.369	749	309.331	848

b. Seguros

O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2016, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 54 (31/12/2015 - R\$ 1.225), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 11 (31/12/2015 - R\$ 89). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

d. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimo de curto prazo junto as instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (financial covenants). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado atende todos os índices financeiros.

e. Cessão de marca e domínio

O Conglomerado, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais, da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados na área de inteligência e marketing. Em 22 de dezembro de 2016 o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A.(Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios : www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Conglomerado continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de royalties para a J&F.

Os impactos contábeis pela venda da marca foram: a baixa do domínio contabilizado no ativo intangível no montante de R\$ 564; e impactos na rubrica "Resultado não operacional" :

	R\$
Preço à Vista da Marca e Domínios	422.000
Custo Contábil da Marca e Domínios	(564)
Ganho apurado	421.436
Realização das Despesas Antecipadas de Marketing	(56.760)
Juros reconhecidos	1.042
Total (Nota 28)	365.718

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento; e os pagamentos de royalties não ocorreram em 2016.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco Original S.A., de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco Original S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Presidente. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 7 vezes no 2º semestre 2016 (13 vezes no ano 2016) e fez 34 reuniões (69 no ano 2016) com a empresa de auditoria independente e com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2016.

O Comitê de Auditoria emitiu 04 recomendações ao longo do segundo semestre de 2016. As recomendações foram classificadas em de implantação necessária (1) e de implantação desejável (3). Todas as recomendações de implantação necessária foram aceitas.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. de 31.12.2016 do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco Original S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 29 de março de 2017.

Comitê de Auditoria

Marcelo Habice da Motta
Miguel Burgos Neto
Sandoval Martins